

## **A Terra Indígena Vale do Javari e a Fronteira Peruana**

Hilton S. Nascimento

Março 2006

*Disputada pelo Brasil e pelo Peru desde a época da coroa. Famosa no início do século XIX por ser território de valentes indígenas e infestada por febres fatais. Rica em seringa e caucho na época da borracha. Assim como no passado, nas últimas décadas a região do rio Javari tem novamente atraído a cobiça e o interesse. Suas riquezas em biodiversidade e espécies madeireiras despertam a atenção e provocam disputas entre pesquisadores, conservacionistas, indigenistas, madeireiros e até membros de uma seita fundamentalista.*

Localizado no extremo ocidente da Amazônia brasileira, o rio Javari<sup>1</sup> (ou Yavarí, no Peru) é desde 1851 reconhecido pelo Brasil e Peru como marco demarcatório das suas fronteiras. A partir desta data o Peru reconhecia como brasileiro de fato, todo o território localizado entre o rio Javari e a boca mais ocidental do rio Japurá, reivindicado pela coroa espanhola até o final do século anterior (Coutinho, 1993). Apesar de ambas as margens deste rio compartilharem ambientes ecologicamente muito similares e até o mesmo povo indígena (os Mayoruna, também conhecidos como Matses), a consolidação nos últimos anos dos estados nacionais que este rio separa resultou em uma realidade política bem distinta em cada uma de suas margens.

### **Histórico da região do rio Javari**

A região do lado brasileiro do rio Javari conhecida como Vale do Javari foi durante muito tempo evitada pelos não-índios, devido às doenças comuns na área e a reação dos índios em defesa dos seus territórios. Entre 1870 e 1911, época do primeiro ciclo da borracha, a região do Javari começou a ser efetivamente ocupada pelos neobrasileiros (Campanha Javari, 1996). O lado peruano do rio Javari também na mesma época começa a ter o seu período de apogeu. Assim toda a região do rio Javari rico em árvores de caucho e seringa se converte em área de imigração desses recém chegados em busca de fortunas, sendo devassada pelos seus novos habitantes. Em 1903 havia 55 estações de exploração de caucho do lado peruano com um total de 1.358 estradas. Em 1905 se registrou a extração de

---

<sup>1</sup> O rio Javari na sua cabeceira acima do igarapé Choba, afluente da margem esquerda, é conhecido pelo nome de Jaquirana.

600.000 kg de látex de caucho. Nessa época os rios Javari e Yavari-Mirim (seu principal afluente da margem esquerda) apresentavam uma agitada atividade comercial e tráfego fluvial. Somente no ano de 1905 vinte e dois vapores e cento e sete embarcações menores percorriam a região (Bodmer & Puertas, 2003).

A partir do final de 1910, a produção de borracha pelo Oriente fez o preço da borracha amazônica cair e a região, assim como toda a Amazônia, entrou em um processo de decadência econômica com o abandono de vários seringais. Como consequência em 1930, a maior parte dos habitantes dos inúmeros seringais da região do Vale do Javari no Brasil já haviam abandonado suas 'colocações' (CEDI, 1981).

O mesmo se passa do lado peruano, mas aqui o caucho seria substituído por madeiras exóticas, óleo de pau rosa e peles de animais, produtos valiosos da floresta que continuariam alimentando os sonhos de fortunas. Entre as décadas de 1940 e 1950 a população da beira do rio Javari continuava abundante como no período do caucho. Na década de 1960, cerca de mil pessoas ainda viviam no alto e baixo Yavari-Mirim, coletando pau rosa e outras espécies madeireiras e realizando caça comercial. Durante as décadas seguintes, esta população começaria a abandonar a região devido as fortes malárias e a falta de acesso aos mercados para a venda de suas produções (Bodmer & Puertas, 2003).

A partir de 1920 a região começaria a se voltar para a exploração de um novo recurso como resposta à crise do preço da borracha: a madeira. A economia regional foi sendo centralizada na produção e beneficiamento desse recurso florestal (Campanha Javari, 1986). Em 1945 já se tem notícias de exploração de madeira na região em um volume apreciável. Em 1950 José Candido de Melo Carvalho, zoólogo do Museu Nacional, percorreu a região e informava, em suas "*Notas de viagem ao Javari-Itacoaí-Juruá*", a importância da extração de madeira na região de Benjamin Constant. Carvalho constatou que o grosso comércio na área era constituído por borracha e madeira, além de pirarucu e peles de animais silvestres.

A região começava um novo 'boom' econômico só que agora com uma atividade muito mais predatória. Isto porque os seringueiros do lado do Brasil, diferentemente dos caucheiros do lado peruano, desenvolviam suas atividades extrativistas principalmente ao longo das várzeas. Os madeireiros, ao contrário, penetravam profundamente na terra firme através dos pequenos igarapés, atingindo populações indígenas que haviam até então conseguido se manter distante da frente da borracha (CEDI, 1981).

Em 1969 surge a primeira proposta de proteção da região pelo lado brasileiro com a proposta de criação de um Parque Nacional entre os rios Ituí e Itacoaí, visando resguardar a área de dois grupos indígenas. Somente em 1972 surgiria, pela primeira vez, uma proposta de delimitação de uma área contínua que abrangeria os territórios de todos os povos indígenas da região, o Parque Indígena do Javari (CEDI, 1981).

Do lado peruano a exploração dos recursos naturais alcançou seu pico no início da década de 1970, entrando em lento declínio a partir de então. A exploração de óleo de pau-rosa estava completamente esgotada e o comércio de peles terminou oficialmente em 1973, quando o Peru assinou a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestre - CITES e o valioso cedro começava a ficar cada vez mais raro (Bodmer & Puertas, 2003).

A exploração de madeira do lado brasileiro prosseguia e em 1975, um ano tido como fraco em produção, o município de Atalaia do Norte havia produzido quinze mil toras, ou cerca de dez mil m<sup>3</sup>. Três anos depois, o mogno e cedro, as espécies mais procuradas, já começam a dar sinais de esgotamento. Nessa época os rios da região do Vale do Javari no Brasil encontravam-se tomados por turmas de madeireiros (Funai, 1998).

Em 1984 os Mayoruna já começam a sentir a diminuição dos seus recursos para a subsistência. Essa diminuição era consequência da competição desses recursos com os madeireiros que caçavam e pescavam em seus territórios, principalmente os 'bichos de casco' (tartaruga e tracajá) e seus ovos, para comercializar em Cruzeiro do Sul e nos pelotões militares próximos (Melatti, 1983). Nesse período surge também um novo ator nas relações de exploração dos recursos da área brasileira: a Petrobrás iniciava as pesquisas para detectar a presença de gás natural no subsolo do Vale do Javari, atuando nos territórios de todos os grupos isolados desta região entre os anos de 1984 e 1985 (Campanha Javari, 1986; CEDI, 1986).

No ano de 1985 a área brasileira do Vale do Javari foi reconhecida e interditada pelo governo brasileiro como a "Terra Indígena Vale do Javari", mas continuou sem nenhuma atitude de proteção e fiscalização e as atividades exploratórias continuaram. Nesse mesmo ano cerca de 2.500 não-índios ocupavam a área indígena, conformando uma população maior do que a população indígena contatada, estimada em 1.747 indígenas. As colocações de seringueiros mostravam-se maiores assim como o tamanho dos roçados e jiraus (Montagner, 1990). Nessa época o rio Coari era a 'mina de ouro' dos madeireiros, com cerca de 150 a 200 trabalhadores atuando nesta área. Calculava-se que somente no rio Ituí havia cerca de 700 indivíduos que retirariam de oito a dez mil toras de madeira. (FUNAI, 1998).

Em 1990 a Wildlife Conservation Society – WCS junto com o Durrell Institute of Conservation and Ecology – DICE iniciam suas atividades conservacionistas e de pesquisa nas margens peruana do rio Javari.

A partir de 1992 a extração de madeira na região brasileira, caracterizada por uma extração predominantemente não mecanizada e, conseqüentemente, limitada às áreas próximas aos rios e igarapés, começava a mostrar sua nova fase, com o emprego de maquinários, como tratores de empresas brasileiras e peruanas, com capacidade de extração muito maior (FUNAI, 1998).

Em 1993 as comunidades Mayoruna habitantes do lado peruano do rio Javari conseguem a titulação de uma área de 452.735 ha do seu território tradicional pelo governo peruano, a maior terra indígena contínua do Peru.

A extração totalmente descontrolada de produtos da fauna da região acompanha a extração de madeira. Em 1995, por exemplo, somente um dos vários barcos pesqueiros que caçavam e pescavam na área carregava perto de 100 caititus e queixadas abatidos, 200 tracajás e cerca de 3,5 toneladas de peixe congelado para suprirem os mercados da região (Funai, 1998). A extração destes recursos colocava em risco o acesso das comunidades indígenas, contatadas e isoladas, aos mesmos, recursos estes que são a base da sua sobrevivência.

A essas atividades extrativistas predatórias somavam-se outras igualmente predatórias, como o contrabando de borboletas para o Japão, pesca de filhotes de pirarucus e aruanãs e outros peixes ornamentais, os quais eram contrabandeados para a Colômbia e exportados para os Estados Unidos, Alemanha e Japão - além da "prospecção genética". Nos limites da Terra Indígena Vale do Javari, dentro de território peruano e brasileiro, também se concentravam atividades de refino e transporte de produtos do narcotráfico, sendo a exploração madeireira muitas vezes utilizada para a "lavagem" do dinheiro advindo desse comércio (O Dia, 23.02.93; A Crítica, 10.02.94; A Crítica, 12.05.96).

Ainda em 1995 uma violenta epidemia de malária cerebral atacou a região peruana do rio Yavarí-Mirin, com um dos povoados do seu alto curso perdendo quase a metade de seus habitantes. Com a falta de mercado dos produtos naturais que antes comercializavam e com a afirmação das autoridades de Islândia, capital do distrito, de que não possuíam recursos suficientes para ajudá-los, várias comunidades começaram a abandonar a área. Com isso o rio Yavarí-Mirin atingiu o seu nível populacional mais baixo desde a época do caucho (Bodmer & Puertas, 2003).

Enquanto isso a exploração dos recursos naturais dentro da terra indígena brasileira não para, e em 1996 a região já contava com onze serrarias, somente do lado brasileiro e outras tantas do lado peruano (A Crítica, 09.05.96).

A pesca predatória continuava sendo praticada em todos os rios do Vale do Javari, sem respeitar a época da desova e muitas vezes com o uso de veneno e outros produtos tóxicos, visando atender principalmente o contrabando de peixes para o Peru e a Colômbia. Além disso, a captura de bichos de casco também continuava em grande escala, utilizando-se inclusive de bombas (A Crítica, 09.05.96; A Crítica, 15.07.99).

Em outubro de 1996 a FUNAI, por iniciativa e coordenação da sua Coordenação de Índios Isolados (CGII) responsável pela segurança dos grupos indígenas não-contatados, estabelece na região um posto de vigilância na confluência dos rios Ituí e Itacoaí, dentro da Terra Indígena Vale do Javari. Foi o começo do fim da exploração predatória que se realizava descaradamente dentro de parte da TI Vale do Javari. Enquanto isso nos outros rios da região, como o

Javari e seu afluente, o Curuçá, onde aquela CGII não atua, o patrimônio natural indígena continua a ser completamente dilapidado sem ser incomodado pelos órgãos governamentais responsáveis por sua proteção. Em dezembro de 1998 a Terra Indígena Vale do Javari foi finalmente declarada pelo Ministério da Justiça. No ano de 2000 é realizada a demarcação física da área e em 02 de maio de 2001 a Terra Indígena Vale do Javari é homologada pelo Presidente da República. Em setembro de 2001 as últimas famílias ocupantes da área começaram a receber as indenizações a que tinham direito.

## **O rio Javari e sua biodiversidade**

A margem brasileira do rio Javari foi declarada no Seminário Consulta realizado em Macapá em 1999 *como área de extrema importância* para conservação e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira. Também está inserida integralmente dentro da chamada Floresta do Sudoeste Amazônico, uma das “Ecoregiões Global 200 declarada pela WWF” (áreas ricas em biodiversidade e importantíssimas para a conservação). Segundo esta organização, essa área de florestas apresenta 94% de sua cobertura original preservada, possuindo ainda a maior diversidade mundial de peixes de água doce, aves e borboletas. Além disso o Vale do Javari se encontra cercada por áreas internacionalmente reconhecidas por sua riqueza em biodiversidade, como o Alto Juruá no Acre, o Parque do Manu e Tambopata no Peru e o próprio lado peruano do rio Javari. Apesar de tudo isso indicar que a própria Terra Indígena Vale do Javari também é uma área de extrema importância quanto a sua biodiversidade biológica, ela permanece sendo uma área “branca” em termos do conhecimento dessa riqueza, nada se sabendo sobre sua biodiversidade. Em relação aos aspectos agroflorestais, pesquisadores apontam a região como provável centro de dispersão de uma importante espécie amazônica, a pupunha, e da mesma forma essa riqueza e os conhecimentos de manejo dos povos tradicionais que aí habitam são totalmente desconhecidos (Clement, 1989).

A dificuldade de acesso, a distância dos grandes centros de pesquisa como os localizados em Manaus, a presença de índios isolados e a forte desconfiança com que os grupos indígenas já contatados recebem os pesquisadores (em função de um histórico de não retorno de suas pesquisas para suas comunidades) vêm contribuindo para esse vazio. Pouquíssimos são os trabalhos publicados sobre a região. Existem, uma notas de viagem de 1955 escrita pelo zoólogo do Museu Nacional (Carvalho, 1955) que possui importância mais como descrição histórica e geográfica da área, alguns trabalhos publicados em revistas internacionais por Catherine Milton (1991; 1994; 1997; 2001), comparando a dieta dos Matis e Mayuruna entre si e com povos de outras partes do Brasil além de um trabalho sobre escolha dos animais caçados pelos Matis (Erikson, 1989). Recentemente um levantamento preliminar das densidades da grande fauna de uma parte da área foi realizado e existe um trabalho no prelo sobre uso de fauna pelos Matis e transformações na relação com esse recurso realizado por Hilton Nascimento



pesquisador/assessor do CTI (Nascimento, 2001; no prelo). Isso é tudo o que temos na área ambiental do lado brasileiro. Na área de antropologia a situação é melhor, com vários trabalhos e teses etnográficos publicados por Delvair Montagner, Julio César Melatti e Guilherme Werlang Couto sobre os povos Marubo, Philippe Erikson sobre os Matis, e Walter Coutinho e Philippe Erikson sobre os Mayoruna. Atualmente três teses de doutorado estão em curso entre os Kanamari e Marubo do Vale do Javari.

Assim o maior bloco de floresta do sudoeste da bacia amazônica que se encontra sob alguma forma de proteção é uma incógnita em termos de sua biodiversidade.

A primeira grande tentativa de aproveitar essa biodiversidade e os conhecimentos tradicionais dos povos que habitam essa rica área pela ciência ocidental é o Projeto Kampô. Este projeto irá estudar no Vale do Juruá a viabilidade da “vacina” e da produção de fármacos e cosméticos com repartição de benefícios para os índios do Vale do Juruá e do Vale do Javari. Estudo que será realizado por várias importantes instituições públicas e privadas brasileiras sob coordenação do Programa Brasileiro de Bioprospecção e Desenvolvimento Sustentável de Produtos da Biodiversidade - PROBEM (Aquino, 2005).

Enquanto do lado brasileiro engatinha-se, na margem peruana do rio Javari o conhecimento e estudo de toda essa riqueza biológica se encontra em um estágio muito mais avançado, com inventário biológico rápido de sua biodiversidade realizado, inclusive com a localização de um centro de pesquisa e conservação da Wildlife Conservation Society – WCS junto com o Durrell Institute of Conservation and Ecology - DICE em suas margens. Nesse centro se realizam trabalhos sobre conservação, biodiversidade, sustentabilidade de caça, ecologia de espécies bandeiras e de comunidades de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes além de um projeto piloto de certificação de peles de caititus e queixadas desde o ano de 1990 (Puertas et al; 2004). No final do ano de 2005 esse centro de pesquisa recebeu do governo do Peru a concessão privada para conservação dessa área se transformando na Área Lago Preto Paredón, com sua gestão realizada pelo DICE-WCS que tem por fim investigar, conservar a fauna silvestre e realizar atividades de turismo científico. A área possui vários trabalhos e teses realizadas já publicados e outros em andamento, constante fluxo de estudantes e pesquisadores peruanos e estrangeiros e trabalho de manejo dos recursos de fauna sendo desenvolvido junto as comunidades ribeirinhas e Mayoruna, habitantes do lado peruano.

O inventário biológico rápido realizado em 2003 na margem peruana do rio Javari constatou que esta área possui uma diversidade extraordinária para plantas, peixes, répteis, anfíbios, aves e mamíferos com um estado de conservação de suas matas comparável ao internacionalmente famoso Parque do Manu (Tabela 1) (Pitman et al., 2003). Foram encontradas 09 espécies novas de peixes e 05 espécies novas de anfíbios. A região parece ter ainda importância como rota de passagem para aves migratórias. Os dados do levantamento sobre

as espécies de mamíferos, quando analisados conjuntamente com outros trabalhos desenvolvidos a longo prazo na área, levam a uma estimativa de 150 espécies de mamíferos incluindo morcegos e pequenos mamíferos terrestres. Possuem também várias populações de uacari vermelho (*Cacajao calvus*), uma espécie de primata de ocorrência restrita a região do rio Javari e Jaquirana, algumas dessas populações com até 200 indivíduos. Esta espécie não se encontra protegida por nenhuma área natural no Peru – ao contrário, tem sim a sobreposição de muitos lotes de concessões florestais com sua área de ocorrência.

**Tabela 1.** Número de espécies inventariadas durante os 20 dias do inventário biológico rápido realizado nas margens peruana do rio Javari em 2003.

Grupo taxonômico	Número de espécies encontradas
Plantas	1650
Peixes	240
Anfíbios	77
Répteis	43
Aves	400
Mamíferos de grande porte	39
Primatas	14

Fonte: Pitman et al. (2003)

## O Peru e as concessões florestais

Enquanto a maior parte das terras da margem brasileira do rio Javari caminharam com muita resistência do setor madeireiro, em direção a criação de uma área de uso restrito se transformando na Terra Indígena Vale do Javari, (a segunda maior terra indígena do Brasil com 8.544.482 ha), a mesma sorte não teve o lado peruano.

A margem peruana do rio Javari, após ter sido um importante centro durante o auge do caucho, acabou se tornando um local despovoado nas últimas décadas. Contudo nos últimos anos tem visto renascer os interesses econômicos pelas riquezas de suas matas. Da mesma forma como agora o Governo do Brasil pretende fazer, o governo peruano iniciou o processo de concessões de suas florestas a partir de 2002, como uma alternativa de conservação que permitiria, em tese, o ordenamento florestal do país. Hoje o Governo do Peru, através do INRENA (o equivalente do IBAMA no Brasil), promove uma política de concessões florestais que transformou 24.586.458 ha (25,7 %) da Amazônia peruana em Florestas de Produção Permanente.

Apesar de toda riqueza e importância biológica comprovadas, em abril de 2004 foi concedida para a exploração de madeira através de concurso público uma

das áreas mais extensas, a área compreendida entre a margem esquerda do rio Yavari-Mirin, o rio Javari e o rio Amazonas. Um total de 2.008.317 ha de florestas conhecido como zona 8, localizadas nessa área, foi designado pelo INRENA como Florestas de Produção Permanente e de onde será permitida a retirada de madeira pela iniciativa privada (INRENA, 2004). Uma parte dessa área está inserida na bacia do Yavari-Mirin e do baixo rio Javari. Devido a pressão política e dos industriais madeireiros, a área foi dada de modo apressado sem levar em conta muitos aspectos importantes, como a não realização de um plano detalhado de avaliação ambiental nos planos de manejo florestais e sem um planejamento para o manejo de fauna silvestre nas áreas concessionadas (Puertas, et al.; 2004).

Tendo quase 20 % do seu limite na fronteira com o Peru, o futuro da Terra Indígena Vale do Javari depende muito do que ocorre do outro lado deste rio, já que as consequências do mau uso do meio ambiente não respeitam as fronteiras políticas.

Ocupando o quinto lugar no comércio internacional de madeiras tropicais, estima-se que no Peru 80% dessa madeira é extraída de maneira ilegal (situação similar a encontrada no Brasil). Um documento de trabalho intitulado *“El Trabajo Forzoso en la Extracción de la Madera en la Amazonia Peruana”* publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou a existência de 33 mil pessoas sob o regime de trabalho forçado, ou não-livre, nos trabalhos associados à extração ilegal de madeira em diversas regiões da Amazônia peruana. Desse valor 2/3 corresponderia a trabalhadores indígenas, inclusive grupos isolados ou de contato recente. Demonstra ainda que um número importante de madeireiros, principalmente os ilegais ou informais, continua utilizando o sistema de “escravidão por dívidas”. (Garland & Silva-Santisteban, 2005). Este sistema é utilizado na região desde a época da seringa e do caucho.

Um volume significativo dessas extrações se desenvolvem dentro de territórios indígenas, com muitos dos trabalhadores aliciados sendo também indígenas. A exploração e privação de liberdade são ainda mais fortes no caso das comunidades mais remotas e isoladas.

Além da atividade madeireira atentar contra os trabalhadores que, em muitos casos, são indígenas, no Peru essa atividade possui outro agravante, já que os trabalhadores envolvidos com a extração dependem principalmente das espécies da fauna silvestre como sua fonte de alimento, atividade que na maioria dos casos não é realizada de forma sustentável. Dessa forma atentam e competem com os recursos naturais necessários para a sobrevivência das populações indígenas, quebrando sua estrutura social e econômica.

O mesmo relatório constata ainda que a extração de madeira muitas vezes está relacionada à lavagem de dinheiro do narcotráfico.

Atualmente existem 85 concessões na bacia dos rio Yavari-Mirin e Javari já aprovadas e com contratos feitos. Essas concessões possuem um total aproximado de 480.855 ha. Algumas já começaram a serem trabalhadas.



Pesquisadores da Wildlife Conservation Society – WCS reportam a extração ilegal de madeira que vem ocorrendo tanto no Javari como nas áreas concessionadas do Yavarí Mirin (Puertas et al.; 2004). Em sua maioria a atividade madeireira no Yavarí-Mirin vem sendo realizada fora da área consignada para as concessões florestais. O acesso legal na bacia do Javari permite que tirem madeira de outras áreas que não a da sua concessão, mas a madeira acaba saindo amparada pela Guia de Transporte Florestal realizando a “lavagem da madeira”. No lado peruano se lava através das concessões o mogno e cedro provenientes do Brasil mas proibidos de serem extraídos pela legislação brasileira. Do lado brasileiro próximo a Estirão do Equador, se “esquenta” a madeira procedente do Peru, já que essa área no Peru corresponde às Florestas de Produção em Reserva, nas quais está proibida, por enquanto, a extração. Isso é possível porque nessa parte do lado brasileiro e que não é área indígena, foram concedidos pelo Ibama 100 permissões florestais. Pelo rio Jaquirana as atividades ilegais ocorrem raramente e com forte probabilidade de serem apreendidas pelas comunidades Mayoruna da aldeia Trinta e Um. Na área do Javari peruano, as concessões foram outorgadas sobre uma área muito grande, e sobre a qual a sede do Inrena de Islândia - com enormes deficiências técnica, logística e de pessoal - tem pouco ou nenhum controle.

Atualmente existem 05 madeireiras peruanas em funcionamento no baixo Javari. Uma delas, a madeireira FIYSA – Forestal Industrial Yavari S.A., está localizada no município de Islândia, empregando em média 300 funcionários, inclusive brasileiros do município vizinho de Benjamin Constant. Possui uma capacidade média de processamento de 200 toras de madeira por dia, o que numa estimativa conservadora, representa cerca de 50 árvores/dia ou 18.000 árvores/ano. Em 2003 essa empresa exportava 16 % de toda a produção do departamento de Loreto (3 % da produção do Peru) ocupando o segundo lugar, mas sendo a campeã do departamento no volume de ingressos recebidos, com 3,2 milhões de dólares. Em 2005 essa mesma empresa ganhou um prêmio de produção do Governo Regional de Loreto. A FIYSA exporta principalmente virola com valor agregado (molduras, frisos, cercas, etc). Esta espécie (*Virola* sp) em 2003 foi responsável por 87 % de toda a produção da indústria madeireira de Loreto, espécie que é proibida de ser explorada do lado brasileiro. Toda a sua produção é exportada, via Oceano Atlântico, nada dela sendo consumida pelo mercado nacional. Os principais compradores das madeiras do departamento de Loreto e, conseqüentemente, do rio Javari em 2003 foram os Estados Unidos (54,4 %), México (25,1 %) e Hong Kong (6,5 %) (Bosques Amazônicos, 2004).

Numa estranha relação que reflete muito bem a realidade dessa área fronteira e remota da Amazônia peruana, esta empresa madeireira fornece para o minúsculo povoado de Islândia, toda a água potável consumida pelos seus moradores, energia elétrica para as escolas, posto de saúde, igreja e até para o posto local do Inrena que supostamente deve fiscalizá-la, além dos cerca de 300 empregos que gera. Ocupa o papel do Estado nessa área remota e distante dos

grandes centros político e econômico, e tão carente da presença dos estados nacionais do Brasil e Peru.

Uma parte muito grande dos salários pagos pela extração e processamento de madeira nessa região acaba sendo gasto nos comércios locais das cidades brasileiras, principalmente de Benjamin Constant pelo seu comércio mais desenvolvido do que Islândia. Assim apesar dessa extração e processamento de madeira ser realizada por peruanos e supostamente em território peruano ela é fundamental para a economia local brasileira.

A situação de conflitos e problemas com a extração de madeira por madeireiros peruanos ao longo da fronteira do Brasil com o Peru chegou a um nível tão grande na fronteira deste país com o Acre que chamou a atenção das principais mídias televisivas e impressas do Brasil e do Peru. Como no lado brasileiro 93 % de sua fronteira com o Peru são áreas indígenas ou unidades de conservação, essa extração ilegal de madeiras tem como agravante ser realizada em áreas indígenas e unidades de conservação brasileiras. Tentando resolver essa situação de conflitos fronteiriços o governo brasileiro, através do IBAMA e da Polícia Federal, e o governo peruano, através do INRENA e a Polícia Nacional do Peru, criaram o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça que começariam a realizar uma série de reuniões a partir de 2001. Em dezembro de 2005 pela primeira vez uma dessas reuniões (a quinta reunião de uma série) é realizada em Tabatinga como tentativa de que as discussões iniciadas na fronteira do Peru com o Acre abranja também a região do Vale do Javari, fronteira do Amazonas com o Peru. Esta reunião contou com a presença de autoridades e ongs de ambos os países com atuação na região.

Apesar dessa área não ter o grau de conflitos enfrentado pelas fronteiras do Acre também não deixa de ter seus problemas. A extração ilegal de madeira nessa região é praticada por madeireiros peruanos e brasileiros que retiram madeira da Terra Indígena Vale do Javari, atravessam para a margem peruana e as transformam em madeira retirada legalmente das concessões deste país. Inclusive com um conflito, em julho de 2003, causado pela apreensão de um lote de madeiras pelos índios Matsigenka habitantes do lado brasileiro que resultou na prisão de alguns indígenas e de um funcionário da Funai pelas autoridades peruanas da cidade de Angamos - conflito este que somente foi resolvido após a intervenção do embaixador brasileiro em Lima.

Uma das atitudes tomadas pelas autoridades peruanas em resposta a esta situação será a instalação de dois postos de controle do lado peruano levando em conta a localização das áreas de concessões florestais do rio Yavarí-Mirin e Javari. O Posto de Controle de Carolina que se localizará próximo a desembocadura do rio Yavarí-Mirin e o Posto de Controle de Bom Sucesso no baixo Javari.

A nível local existe por parte do Ibama uma vontade de montar uma rede de alerta envolvendo as comunidades ribeirinhas e indígenas do lado brasileiro. A nível diplomático a postura do governo brasileiro é pressionar o governo do Peru para que cancele as concessões nessas áreas de fronteiras por serem uma

atividade conivente com a extração ilegal. Se o cancelamento não é possível pressiona-se para que se faça a aplicação da lei de concessões florestais o que não vem ocorrendo. Além da definição de uma faixa de 10 km ao longo das duas fronteiras com suspensão das atividades econômicas e criação de áreas protegidas no lado peruano. As autoridades brasileiras afirmam que as concessões de madeira no Peru localizada nas áreas de fronteiras serão constantemente monitoradas.

A posição pela criação de áreas naturais protegidas do lado peruano dessa fronteira, em recíproca à área indígena existe do lado brasileiro, também tem sido defendida pela WCS. Isto seria realizado através de uma cooperação binacional que viria a atenuar o comércio ilegal de madeira na região. Em contrapartida o Brasil deveria também criar na margem que se estende de Estirão do Equador a Palmeiras do Javari, e não foi inclusa na Terra Indígena Vale do Javari, uma área controlada de uso de recursos naturais.

Outro problema que acompanha esses conflitos fronteiriços são as apreensões, por parte dos militares e da Polícia Federal brasileira, de fauna provenientes do lado peruano onde existem iniciativas de manejo de fauna realizada a mais de 15 anos. Esse manejo tem sido feito com apoio técnico do WCS baseado em inventários e monitoramentos biológicos que indicam o uso sustentável de muitas dessas espécies.

O controle da extração dos recursos naturais nessas áreas de fronteiras ainda tem como agravante a diferença de legislação entre os dois países. Como declarou Kleber Ramos Alves da Diretoria de Proteção Ambiental do MMA/IBAMA:

*“Devemos procurar formas de cumprir as leis do Brasil e do Peru sem que isso se transforme em um brinquedo na mão de quem extrai ilegalmente esses recursos. Para mim as fronteiras simbolizam nossa incapacidade de trabalhar o manejo dos recursos naturais no Brasil e no Peru. Como pode a exploração de um peixe ou de uma espécie madeireira ser proibida de um lado e do outro lado não? Ou um dos países está exagerando ou o outro não está se preocupando com o seu recurso. É nas fronteiras que podemos ver as discrepâncias”.*

## **Unidades de Conservação<sup>2</sup>**

Paralelo a essa situação das concessões florestais existe várias instituições, organizações indígenas e ONGs peruanas elaborando propostas e pleiteando a criação de reservas territoriais para grupos isolados, novas áreas naturais protegidas e ampliação de outras já existentes. Enquanto essas áreas não passam de propostas e mapas em papéis, e processos jurídicos sem nenhuma garantia de

---

<sup>2</sup> A maior parte das informações desse capítulo referente ao Peru foram copiladas do documento: Chirif, A. 2005. “Hacia una visión compartida sobre ANP (Áreas Naturales Protegidas) en la región Loreto: situación actual y propuesta de estrategia. Instituto Del Bien Comum.

que serão implementadas pelo Governo Regional de Loreto (estado peruano ao qual o rio Javari faz parte) as concessões florestais já são uma realidade bem presente no dia a dia dessa região.

Atualmente existem várias dessas propostas, algumas com estão mais avançadas e contam com apoio social, estudos técnicos e processos administrativos em andamento enquanto outras estão em situação muito preliminar. Tendo sido trabalhadas de forma independente muitas dessas propostas se sobrepõem resultando numa confusa situação. Essas sobreposições demonstram a pouca articulação entre as instituições atuantes na região.

A área natural protegida e o território indígena existentes na região do rio Javari são (Tabela 2):

- **Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo** criada em 1991 como área de caráter regional pelo Governo Regional de Loreto como resposta a iniciativa conjunta das comunidades locais, agências do governo, ongs e pesquisadores. As comunidades locais viam a criação dessa reserva como uma forma de controlar o acesso de pescadores comerciais à suas áreas de pesca o que estava colocando em risco a própria segurança alimentar dessas comunidades. Atualmente a associação de moradores junto com WCS-DICE e a Rainforest Conservation Fund estão tentando regularizar a situação dessa reserva comunal para que tenha uma categoria nacional e não somente regional. Esta regularização não envolve a alteração de sua extensão.
- **Comunidad Nativa Matsés**, com uma área de 452.735 ha titulada em 1993 com o apoio do CEDIA (Centro para el Desarrollo del Indígena Amazónico). É a terra indígena dos Mayoruna peruanos e se constitui na maior terra indígena do Peru.
- 

**Tabela 2.** Área natural protegida e território indígena existentes na região peruana do rio Javari.

Área			Ano de criação	Extensão (ha)	População interna
Reserva Comunal	Tamshiyacu	Tahuayo	1991	322.500	5.000
Comunidad Nativa Matsés			1993	452.735	2.100

Fonte: Chirif (2005)

As Propostas de reservas territoriais para grupos isolados, novas áreas naturais protegidas e ampliação de outras existentes, na região do rio Javari são as seguintes (Tabela 3):

## Propostas de Reservas territoriais:

Na região do rio Javari - Jaquirana existem 2 propostas da organização indígena AIDSESP (Asociación Interétnica del Desarrollo de la Selva Peruana) para a criação de duas reservas territoriais a favor de populações indígenas em situação de isolamento. Estas reservas não se constituem em uma categoria de área natural protegida nem concedem a propriedade da terra a seus beneficiários, sendo somente uma forma de proteção de uma zona determinada onde se localiza estes grupos humanos até que eles definam suas áreas de ocupação permanente. A partir da definição dessa área o Estado procede a titulação de suas terras.

- **Reserva Territorial Alto Tapiche-Yavarí** com uma extensão aproximada de 1.154.000 ha esta reserva já conta com estudos preliminares sobre a população da área, como assentamentos, rotas de migração, vulnerabilidade, etc, realizado pela AIDSESP em 2004 e com um expediente técnico que respalda a sua criação. Se sobrepõem com duas outras propostas e inclusive com lotes de florestas de produção permanente já entregues através de concessões para a exploração por empresas madeireiras.
- **Reserva Territorial Yavarí-Mirin** também proposta pela AIDSESP com uma área de 1.400.000 ha ainda não possui nenhum estudo realizado se sobrepondo à existente Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo, à proposta de ampliação dessa mesma reserva comunitária e às Florestas de Produção Permanente.

## Propostas de novas áreas naturais protegidas:

- A proposta para o estabelecimento da **Reserva Comunal Matsés** com uma área de 391.592 ha foi feita pela primeira vez em 1997, tendo sido elaborada conjuntamente pela população da Comunidad Nativa Matsés e uma equipe de profissionais do CEDIA (Centro para el Desarrollo del Indígena Amazónico). Através dela tentam o reconhecimento do território ancestralmente utilizado por eles para suas atividades de caça, pesca e coleta permitindo à população Matsés continuar com o aproveitamento tradicional, permanente e sustentável dos seus recursos. Sendo contínua à já existente e titulada área da Comunidad Nativa Matsés, caso seja aprovada a soma das duas áreas representará um território de 844.327 ha para uso exclusivo desse povo. Em 2005 o INRENA comunicou ao CEDIA que a informação necessária para declarar a nova área esta completa faltando a opinião favorável do Governo Regional de Loreto.
- Proposta de **Ampliação da Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo** com superfície estimada em 819.908 ha que se ampliaria sobre uma área até a beira do rio Javari. Caso aprovada irá elevar o tamanho da presente reserva de 322.500 ha a 1.142.408 ha. Com sobreposição a



várias propostas e a florestas de produção esta proposta de ampliação esta suspensa já que seus principais proponente, WCS e RCF consideram prioritário elevar a Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo primeiro a nível nacional e somente depois propor sua ampliação.

- **Parque Nacional Sierra del Divisor** com uma área de 1.478.033 ha sendo proposto por um consórcio de instituições. Tem a finalidade de contribuir para a conservação da área conhecida como Serra do Divisor, compartilhada pelo Brasil e Peru e que possui grande concentração de biodiversidade e centros de endemismos. Essa proposta vem como uma contrapartida a criação do Parque Nacional com o mesmo nome localizado do lado brasileiro e a qual essa proposta é contínua. Estando com o seu processo de reconhecimento já bem avançado esta área natural protegida já conta com uma avaliação ecológica, plano de conservação, e com os seus planos de monitoramento e antropológico sendo elaborados. Também já conta com uma coordenação binacional entre os atores peruanos e brasileiros.
- A **Zona Reservada Yavarí** com uma extensão de 1.105.518 ha se sobrepõem totalmente a já existente Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo e à metade da sua proposta de ampliação, além de se sobrepor a área de concessão privada para a conservação Lago Preto Paredón e a áreas de florestas de produção em reserva. Em 2004 o Governo Regional de Loreto respondeu negativamente a esta proposta por haver conflitos com as áreas de concessões florestais, estar em oposição ao programa de desenvolvimento de Loreto e por encontrar limitações ao nível de participação comunitária. Apesar de sua resposta negativa sinalizou com a possibilidade de estar disposto a apoiar iniciativas nos moldes das reservas de desenvolvimento sustentável do Mamirauá e Amaná no Brasil. Atualmente esta iniciativa esta suspensa, mas com a sinalização positiva do Governo Regional de Loreto para criação nessa área de uma outra forma de área natural protegida o Museo Field e a WCS pensam num futuro próximo em reformular essa proposta.

**Tabela 3.** Propostas de reservas territoriais para grupos isolados, novas áreas naturais protegidas e ampliação de outras existentes na região peruana do rio Yavari.

Proposta	Extensão (ha)	Proponentes <sup>1</sup>	Áreas com a qual se sobrepõem
Reserva Territorial Alto Tapiche Yavari	1.154.000	AIDSESP	- Florestas de Produção Permanente, com alguns lotes já entregues em concessões, - Proposta de Reserva Comunal Matsés, - Proposta do Parque Nacional Sierra del Divisor.
Reserva Territorial Yavari-Mirin	1.400.000	AIDSESP	- Reserva Comunal Tamshiyacu – Tahuayo, - Proposta de ampliação da Reserva Comunal Tamshiyacu – Tahuayo, - Florestas de Produção Permanente.
Reserva Comunal Matsés	391.592	Organização Matsés e CEDIA	- Proposta de Reserva Territorial Yavari - Tapiche
Ampliação da Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo	819.908	Comité de Gestión da Reserva, WCS-DICE, RCF, El Museo Field TNC, PN, SPDA, CDC, El Museo Field, IBC	- Proposta de Zona Reservada Yavari, - Proposta de Reserva Territorial Yavari-Mirin, - Florestas de Produção Permanente e Florestas de Produção em Reserva.
Parque Nacional Sierra del Divisor	1.478.033	SPDA, CDC, El Museo Field, IBC	- Reserva Territorial Isconahua, - Proposta de Reserva Territorial Yavari – Tapiche.
Zona Reservada Yavari	1.105.518	WCS-DICE, RCF, El Museo Field	- Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo, - Proposta de Ampliação da Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo, - Concessão Privada para Conservação Lago Preto Paredón, - Floresta de Produção em Reserva.

Fonte: (Chirif, 2005)

<sup>1</sup> AIDSESP – Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana,  
CDC – Centro de Datos para la Conservación de la Universidad Nacional Agraria,  
CEDIA – Centro para el Desarrollo del Indígena Amazónico,  
DICE – Durrell Institute of Conservation and Ecology,  
El Museo Field de Chicago,  
IBC - Instituto del Bien Común,  
PN – Pro Naturaleza (Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza),  
RCF – Rainforest Conservation Fund,  
SPDA – Sociedad Peruana de Derecho Ambiental,  
TNC – The Nature Conservancy,  
WCS – Wildlife Conservation Society.

Com a aprovação da Reserva Territorial Alto Tapiche-Yavari e com a aprovação da proposta de criação do Parque Nacional Sierra del Divisor no lado peruano, esta área conectaria os 13.002.109 ha das terras indígenas e unidades

de conservação do sudoeste do Amazonas (TI Vale do Javari, TI Mawetek, TI Rio Biá, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim e Reserva Extrativista do Médio Juruá) e a Comunidad Matses no Peru com o grande bloco de unidades de conservação e terras indígenas do Acre e Peru. No Acre esse bloco é constituído por 19 áreas indígenas e 09 unidades de conservação localizados nos altos cursos dos rios Purus, Tarauacá, Juruá e Acre totalizando 5.294.885 ha. No Peru são mais 5.554.538 ha formados principalmente pela zona reservada Alto Purus, Parque Nacional do Manu, mais duas zona reservadas de tamanho menores e três reservas comunitárias a favor de povos indígenas. Isto formaria um “Arco de Conservação Brasil-Peru” que totalizaria uma área de cobertura florestal contínua com 23.851.532 ha. Este bloco protegeria também a maior população de povos indígenas isolados das Américas. Além disso, a apenas 12 km ao norte do território Matses no Peru, existem outras propostas como a Zona Reservada Yavarí e a Reserva Comunal Tamshiyacu-Tahuayo que juntas poderiam somar mais 1.1 milhões de hectares a esse bloco. Esse arco de conservação também conectaria o bloco de florestas do sudoeste do Amazonas com o corredor biológico Vilcabamba – Amboro, *hotspot* dos Andes tropicais, que atravessa o Peru e Bolívia.

Além dessas várias instituições, organizações indígenas e organizações conservacionistas nacionais e internacionais que solicitam e pressionam pela criação dessas áreas existem dois outros atores muito importantes com os quais essas instituições têm que lidar para o sucesso de suas solicitações: o setor madeireiro e o Governo Regional de Loreto.

O setor madeireiro habituado a não cumprir as leis e as normas de manejo previstas na atual legislação florestal - é o maior risco para o bom uso dos recursos da região. Continua invadindo terras comunitárias e áreas naturais protegidas, inclusive do Brasil, em busca de madeiras. Também se opõe à criação de novas áreas naturais protegidas e ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas. As autoridades por ineficiência e/ou cumplicidade nada fazem para deter suas ações.

O Governo Regional de Loreto com sede na cidade de Iquitos, capital do departamento de Loreto, tem como seu atual presidente o Sr. Robinson Rivedeneyra eleito para o mandato de 2002 a julho de 2006. Apesar de ter uma secretaria especializada no tema ambiental, pouco tem avançado na definição de uma política regional sobre meio ambiente. Esse Governo também têm feito críticas a respeito da criação de novas áreas naturais protegidas e ao reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas. Afirma já terem áreas naturais protegidas demais e que os recursos devem ser usados para gerar riqueza e trabalho para a região combatendo a pobreza. Posição esta que coincide com a posição do setor madeireiro, setor o qual o governo demonstra grande tolerância permitindo suas atividades de corte de madeira ilegal em áreas naturais protegidas, em territórios de comunidades ou em áreas de domínio público.

Apesar de todo o trabalho das organizações indígenas e ongs nacionais e internacionais que resultou nessas várias propostas, elas na prática são apenas propostas. Atualmente a margem peruana do rio Javari - Jaquirana conta com apenas 775.235 ha de áreas protegidas, a Comunidad Nativa Matsés e a Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo, em contraste com os 2.008.317 ha de áreas destinadas a exploração florestal. Enquanto isso do lado brasileiro a TI Vale do Javari se impõe como um gigantesco bloco de florestas com seus 8.544.482 ha de extensão.

Com seus 368.852 km<sup>2</sup>, o departamento de Loreto tem 8,7 % do seu território convertido em áreas naturais protegidas, 12,7 % em comunidades nativas e 0,4 % em comunidades ribeirinhas que juntas totalizam quase 22 % da sua área contra 36,8 % do seu território convertido em Florestas de Produção Permanente. Enquanto Loreto destina quase 40 % do seu território para a exploração florestal, o seu vizinho brasileiro, o estado do Amazonas com uma área de 1.577.920 km<sup>2</sup>, destina mais de 40 % para unidades de conservação de uso direto e indireto (19,7 %) e áreas indígenas (26,7%). Esses números demonstram as diferenças nas políticas ambientais dos governos que o rio Javari divide.

## Os Israelitas

Abandonadas após a época da borracha a bacia do Yavarí-Mirin e o baixo rio Javari começaram nos últimos 10 anos a atrair a atenção de migrantes camponeses sem terras dos Andes, principalmente as áreas localizadas no seu baixo curso. Esse é o caso de um grupo humano muito particular, os *israelitas*. Membros de um movimento religioso de famílias camponesas chamado de “Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal” são motivados pela crença religiosa da terra prometida. Essa terra prometida segundo uma visão do seu líder fundador se encontra em algum lugar na selva localizada ao oriente dos Andes, os convertendo na principal corrente migratória da última década na região, ocupando áreas do baixo Javari e do baixo Amazonas peruano. Fazem parte do projeto de “Fronteiras Vivas” criado na época do governo Fujimori que objetivava a proteção das áreas de fronteiras protegendo essas áreas da ação de grupos subversivos. Os israelitas se caracterizam por suas mulheres se apresentarem publicamente cobrindo o cabelo com um véu colorido de cetim usado pelas meninas já desde a infância e os homens pela barba e cabelo comprido, alguns vestindo batas de origem hebraica (Dominguez, 2005).

Este grupo religioso foi criado no Peru no ano de 1965 pelo líder Ezequiel Ataucusi ex-senador da corrente política que apoiou o governo Fujimori - após ver suas pretensões políticas frustradas e com a derrota do Sendero Luminoso se dedicou ao proselitismo religioso. Apresentou ao governo Fujimori o projeto de “Fronteiras Vivas” que objetivava o assentamento de membros da congregação Israelita nas áreas de fronteiras. Dessa forma estariam protegendo essas áreas da ação de grupos subversivos e expandiria o seu movimento pelas fronteiras do Peru

com o Brasil e Colômbia. O pensamento israelita está baseado no Novo Testamento e na profecia do fim do mundo, sendo eles os escolhidos que vão à busca da terra prometida. Seu líder morreu a três anos no Peru e segundo pregava iria ressuscitar no terceiro dia; a não concretização dessa profecia gerou incredulidade e o abandono do movimento por parte de vários fiéis. A expansão real do movimento ocorreu no ano de 1970 com o auxílio da reforma do sistema social e econômico com a política de reforma agrária incentivando a ocupação das áreas de floresta amazônica através do lema “Desçamos até a selva” implantado pelo governo revolucionário do general Velasco Alvarado (Dominguez, 2005).

Com a grande maioria dos seus membros sendo pessoas humildes procedentes de regiões andinas peruanas, os israelitas acabam implantando as práticas agrícolas andinas em solos amazônicos. Habitados a pequenas extensões de terras que são aproveitadas em sua totalidade em sua área natal, os israelitas tem conseguido grandes extensões de terras na Amazônia que são rapidamente transformadas em grandes plantações ou pastagens. Na região de fronteiras do Brasil, Peru e Colômbia já são conhecidos pela sua capacidade e rapidez em transformar grandes áreas de florestas em plantações. Também é comum em conversas informais perceber o orgulho de membros dessa seita em relação à sua capacidade de trabalho. Consideram-se muito mais trabalhadores que os amazônidas em geral.

Os novos migrantes estabeleceram várias comunidades no baixo Javari perto de Islândia e no baixo Amazonas peruano perto de Caballococha (município do baixo Amazonas peruano), os quais são predominantemente constituídas por israelitas. Hoje constituem-se também em uma parcela significativa dos habitantes das sedes daqueles municípios. Sendo um grupo organizado e com aspirações de controlar o poder político local se tornaram prefeitos das referidas cidades.

Como conta Jorge Duarte Marubo atual coordenador da organização indígena CIVAJA (Conselho Indígena do Vale do Javari) e que passou sua infância no rio Curuçá, afluente da margem direita do Javari:

*“Antes não existiam essas comunidades israelitas no rio Javari, elas começaram a surgir a uns 10 anos atrás. Não começaram a surgir de poucos não, vieram já de muitos, chegaram todos de uma vez e fizeram roças grandes. Hoje já estão construindo escolas de alvenaria, farmácia, etc. As pessoas dizem que eles não sabem caçar nem pescar, sabem plantar, fazem roças enorme, enorme, enorme. Hoje são eles que fornecem grande parte da banana, galinha, frutas etc para a cidade de Atalaia do Norte e Benjamin Constant.<sup>3</sup> O pessoal da região chamam eles de cabeludos ou barbudos. Estão concentrados entre a área do antigo Lameirão até a boca do Curuçá. As comunidades são bem grandes e estão aumentando.”*

---

<sup>3</sup> No caso do município de Benjamin Constant os Ticuna também são responsáveis pelo abastecimento de vários itens básicos consumidos na região.



Aparentemente os israelitas planejam uma expansão até o alto Javari e Yavari-Mirin (Pitman et al., 2003). Sem o conhecimento da floresta amazônica e sem a utilização de técnicas agrícolas apropriadas para a região amazônica a expansão dos israelitas preocupa por não levarem a cabo atividades agrícolas compatíveis com os recursos naturais da zona do Javari.

## **Os Mayoruna e os problemas de fronteira**

Após o acerto entre o Brasil e Peru em 1851 de que o rio Javari seria o limite demarcatório das suas fronteiras, várias comissões demarcadoras com representante dos dois países começaram a percorrer o rio Javari. Essas expedições começaram a entrar em conflito com a população indígena. Sofreram vários ataques de indígenas com muitas baixas de ambos os lados vindo a confirmar a fama de agressividade dos indígenas habitantes do alto rio Javari entre as populações do Alto Solimões. Essa fama manteve por muitas décadas membros dessas populações do Alto Solimões interessados na exploração da seringa e das riquezas naturais da região distantes do alto curso desse rio (Coutinho, 1993).

Com o início da atividade madeireira na região iniciou-se novamente os ataques dos índios aos não-indígenas que voltavam a entrar em seus territórios para extrair seus recursos naturais, principalmente a madeira. Assim os ataques indígenas na região do Vale do Javari começavam a atrapalhar as ambições econômicas dos brasileiros de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, e a sociedade brasileira procurava uma solução a esta situação. Com isso conforme Coutinho (1993) a década de 50, período de maior incidência dos ataques indígenas é também o momento em que se instalam nas margens do rio Javari duas guarnições militares brasileiras de fronteira, Estirão do Equador criado em 1958 abaixo da desembocadura do Yavari-Mirin e Palmeiras do Javari localizada rio acima. Em 1942 o governo peruano já tinha estabelecido sua base militar de Angamos próxima a boca do igarapé Galvéz (Bodmer & Puertas, 2003).

A situação se agrava pela prática de rapto de mulheres de outros povos indígenas e de mulheres regionais pelos Mayoruna. A partir de 1958 o exército brasileiro começa a participar de algumas das correrias realizadas contra os índios do Javari estimulados também pela crença da existência de elementos estrangeiros no meio deles. Inclusive na representação regional foi a ação do exército que “amansou” os índios da região (Coutinho, 1993). Ações militares similares contra os Mayoruna também ocorreram do lado peruano, sendo a mais famosa delas a que culminou com o bombardeio do território desse povo por aviões da força aérea peruana em 1964, um trauma ainda muito presente nas lembranças desse povo.

Se os indígenas que realizavam esses ataques eram os ancestrais dos Mayoruna de hoje ou representantes de outros grupos Pano da região, ou mesmo

de ambos é uma afirmação que não podemos fazer. O certo é que hoje ambas as margens do alto rio Javari e o do rio Jaquirana são territórios dos índios Mayoruna.

Do lado brasileiro os Mayoruna com uma população de 943 pessoas distribuídas em 8 aldeias localizadas no Rio Jaquirana, Javari e baixo Curuçá estão com o seu território incluso dentro da Terra Indígena Vale do Javari. No lado peruano os Mayoruna possuem uma população de mais de 2.100 pessoas distribuídas em 12 comunidades, se constituindo em 70 % da população do Distrito do Yaquerana. As comunidades tem postos médicos, escolas e algumas até casas comunitárias construídas pelo governo regional (Campo et al., 2003). Como já foi dito possuem um território titulado de 452.735 ha e estão reivindicando a criação de uma reserva comunal contínua ao seu território que elevaria a totalidade de sua área para 844.327 ha.

Atualmente a relação dos Mayoruna com o exército e com a própria fronteira que os divide ao meio mudou muito. Uma parte dos Mayoruna peruanos que vivem próximo a cidade de Angamos, aonde se localiza o destacamento militar de fronteira do Peru, mantêm vínculos com esse povoado para serviços de saúde e por razões sociais. Angamos possui uma população de 1.200 habitantes sendo que 66% deles são militares (Campo et al., 2003). Os Mayoruna do lado brasileiro também possuem vínculos com o Pelotão brasileiro de Fronteira de Palmeiras do Javari, onde alguns inclusive já estudaram e onde muitas vezes vão procurar assistência de saúde. Os soldados por sua vez visitam as aldeias e dão apoio a varias ações realizadas entre esse povo, como campanhas de vacinação. Na aldeia do Trinta e Um uma bandeira brasileira doado pelo pelotão é inclusive hasteada todos os dias pelo professor indígena da comunidade (Matos, 2005).

Atualmente os Mayoruna do Brasil e Peru que são parentes próximos se visitam, trocam mulheres e realizam campeonatos de futebol (Matos, 2005). Apesar de se constituírem em um único povo, por estarem localizadas na região que se transformou no limite fronteiriço entre duas nações independentes, hoje devem lidar com realidades e políticas territoriais, educativas, de saúde e de assistência muito distintas. Essa situação tem inclusive influenciado as relações políticas dos Mayoruna brasileiros com os Mayoruna peruanos, resultando em alguns casos em conflitos políticos internos.

## Bibliografia

- Aquino, R. 2005. Cientistas brasileiros vêm ao Acre pesquisar vacina do sapo kampô em áreas indígenas. Página 20, publicado em 26.11.05, Rio Branco.
- Bodmer, R. & Puertas, P. 2003. Una breve historia del valle del rio Yavarí. In: Pitman, N.; Vriesendorp, C. & Moskovits, D. (eds.). Perú: Yavarí. Rapid Biological Inventories Report 11. Chicago, IL: The Field Museum. 92-96.
- Bosques Amazónicos. 2004. Ranking de empresas exportadoras de madera peruana en el 2003. Edición virtual, 4 (5). Acessado do site [www.desarrolloforestal.org](http://www.desarrolloforestal.org).....
- Campanha Javari. 1986. Povos indígenas do Vale do Javari. CIMI-OPAN-Equipes Indigenistas das Prelazias do Alto Solimões e Tefé, Manaus.
- Campo, H.; Valverde, Z.; Calle, A. e Wali, A. 2003. Comunidades Humanas. In: Pitman, N.; Vriesendorp, C. & Moskovits, D. (eds.). Perú: Yavarí. Rapid Biological Inventories Report 11. Chicago, IL: The Field Museum. 84-87.
- Carvalho, J. C. M. 1955. Notas de viagem ao Javari-Itacoaí-Juruá. Publicações avulsas do Museu Nacional, 13: 1-81.
- CEDI. 1981. Povos indígenas no Brasil. Volume 5-Javari, São Paulo.
- Chirif, A. 2005. Hacia una visión compartida sobre Áreas Naturais Protegidas en la región Loreto: situación actual y propuestas de estrategia. Intituto del Bien Comum. 30 p.
- Clement, C. R. 1989. A center of crop genetic diversity in western Amazonia: a new hypothesis of indigenous fruit-crop distribution. BioScience, 39 (9): 624-631.
- Coutinho, W. 1993. Branco e barbudos da Amazônia: os MayurunaMayoruna na história. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 315 p.
- Dominguez, O. A. G. 2005. Identidades culturales en Leticia: estudio de caso sobre la historia de poblamiento del asentamiento del rio Calderón, memorias de unas realidades de la gente entre lo húmedo y lo seco. Monografia de graduação. Universidade Nacional de Colômbia.
- Erikson, P. 1988. Choix de proies, choix des armes et gestion du gibier chez les Matis et d'autres amerindiens d'amazonie. Anthropozoologica, second numero special: 211-220.
- Funai, 1998. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari, GT Portarias nº 174/95 e 158/96, Brasília.159 p.
- Garland, E. B. & Silva-Santisteban, A. B. 2005. El trabajo forzoso em la extraccion de la madera em la Amazonía peruana. Documento de Trabajo. Oficina Internacional del Trabajo – OIT. Ginebra. 43 p.

- INRENA. 2004. Mapificación y evaluación forestal del bosque de producción permanente del departamento de Loreto. Documento de Trabajo. Ministerio de Agricultura. Lima. 70 p.
- Matos, B. A. 2005. Relatório de viagem e acompanhamento pedagógico pelas comunidades Matses (Mayoruna) do rio Javari – Jaquirana. Centro de Trabalho Indigenista – CTI.
- Milton, K. 1991. Comparative aspects of diet in Amazonian forest-dwellers. Phil. Trans. R. Soc. Lond. 334: 253-263. (faz comparação da dieta dos Mayoruna com os povos Arara, Parakana e Arawete)
- Milton, K. 1994. No pain, no game. Natural History, 9: 43-51. (Fala dos Matis e Mayoruna)
- Milton, K. 1997. Real men don't eat deer. Discover, june: 45-53. (Faz referencia aos Matis)
- Milton, K. 2001. Aspects and implications of ecological diversity in Forest societies of the Brazilian Amazon. In: On Biocultural Diversity: linking language and the environment, Luisa Maffi (editora). Smithsonian Institution Press, Washington. 282-297. (Fala da dieta dos Matis e Mayoruna)
- Montagner, D. 1990. Funai no Javari: afinal, existe ou não existe? In: Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. CEDI, São Paulo. 270-274.
- Nascimento, H. S. 2001. Relatório sobre o impacto da exploração, comercial e de subsistência, de recursos da fauna por não-índios, dentro da Terra Indígena Vale do Javari, Amazonas. Projeto de Proteção Etno-Ambiental Vale do Javari CTI-FUNAI. 59p.
- Nascimento, H. S. 2005. Informe sobre a "V Reunião do Grupo de Trabalho Peru-Brasil sobre Coordenação Ambiental Fronteiriça", realizada em Tabatinga durante os dias 4 e 5 de dezembro de 2005. Centro de Trabalho Indigenista. 27 p.
- Pitman, N.; Vriesendorp, C. & Moskovits, D. (eds.). 2004. Perú: Yavarí. Rapid Biological Inventories Report 11. Chicago, IL: The Field Museum. 282 p.
- Puertas, P.; Bodmer, R. & Rios, C. 2004. Tala ilegal de madera en concesiones forestales y áreas adyacentes en el Yavari y Yavari Mirin, Loreto, Perú. Reporte Técnico. Wildlife Conservation Society – WCS. 23 p.